



Ofício nº 087/2016 – CENDHEC | Ofício FASE nº 90/2016 – FASE

Recife, 30 de novembro de 2016

Sr. Presidente do Conselho da Cidade

ATT.: Secretaria Executiva do Conselho da Cidade / SECONCID/ Ministério das Cidades

**Assunto:** Renúncia das Organizações Não Governamentais FASE e CENDHEC ao mandato no Conselho Nacional das Cidades.

Sr Presidente,

A FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, e o CENDHEC – Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social, Organizações Não Governamentais eleitas democraticamente na 5ª Conferência Nacional das Cidades para integrar a 5ª Gestão do Conselho das Cidades – ConCidades, vem por meio deste, informar aos demais conselheiros e conselheiras que renunciam ao mandato de representantes do segmento ONGs deste conselho, a partir do encerramento de sua 50ª Reunião Ordinária.

Desde a última Conferência Nacional das Cidades avaliávamos com preocupação os rumos que as políticas urbanas estavam tomando. Entretanto, hoje, à nossa renúncia estão engastados os sentimentos de indignação e repúdio ao grave processo de violação ao voto popular, perpetrado pela maioria dos deputados federais e pelo Senado, que decretou a derrubada de um mandato constitucional válido.

Desde então, os atuais ocupantes do Palácio do Planalto adotaram medidas antidemocráticas, típicas de um Estado de Exceção, solapando a plataforma dos direitos e as políticas públicas urbanas construídas ao longo dos últimos 30 anos de pressão e contribuição democráticas entre Poder Público e Sociedade Civil.

Com o empenho desse Ministério das Cidades, essas forças sociais executam medidas que aceleram a privatização e a mercantilização das cidades e das políticas públicas urbanas, assim como elimina e inviabiliza a continuidade de programas e políticas



duramente conquistadas. Sãos essas mesmas forças que querem impor à sociedade brasileira a PEC 55 que se popularizou pela alcunha de *PEC da morte*, neste caso, a morte daquilo que é público. Destino também reservado para esse Conselho e para as políticas setoriais urbanas doravante.

Destacamos que, enquanto materialização e instrumento do princípio da *Gestão democrática da Cidade* (art. 2º, II e 43, I, da Lei 10.257/2001), o ConCidades encarnou, antes de tudo, um pacto democrático da Sociedade Civil com uma Gestão a qual acreditávamos ser capaz de avançar conjuntamente na direção de uma Política de Estado de Desenvolvimento Urbano. Uma promessa que apesar da legitimidade que lhe atribuímos demonstrou estar condicionada a incompatível lógica da mercantilização das cidades, tornando-se o maior obstáculo para que este conselho se fortalecesse para a defesa das políticas que tentamos construir. Motivo pelo qual o desmonte nos encontra desarmados.

Nesse sentido, acreditamos que nossa permanência, sob a esperança da desarmada "resistência interna", apenas nos transformaria em legitimadores como em outro tempos fomos de um governo constitucional, porém de promessas não cumpridas.

Assim, diante deste gravíssimo contexto político, caracterizado pelo atentado às conquistas que visam cidades justas, democráticas e ambientalmente sustentáveis, acreditamos que, com os sujeitos políticos que ora conduzem governo e, especialmente pelo processo de privatização das políticas urbanas em curso, o ConCidades perderá mais e mais sua capacidade de incidir e de influenciar democraticamente os rumos e a dimensão pública das políticas urbanas. O caminho engendrado para esse Conselho tem o claro objetivo que ele deixe de ser um espaço do sistema de participação, reduzindo seu caráter democrático, algo necessário para se formular políticas e exercer o controle social com algum sentido público.

Dessa forma, respeitamos toda e qualquer decisão das organizações, entidades e movimentos aqui presentes. Entretanto, não desejamos correr o risco de legitimar esse



estado de destituição de conquistas e muito menos as forças que assim agem. Por isso, reiteramos nossa renúncia manifestando nosso apreço àqueles e àquelas que, apesar de tudo, se apresentem para a árdua tarefa da resistência nos meandros de um regime autoritário que busca legitimidade e que, ao nosso ver, conduzirá a política para longe daquilo que as Conferências Nacionais das Cidades aprovaram nesses anos de luta.

Na certeza que nossos caminhos se encontrarão em outros campos de luta pelo Direito à Cidade e pela reconstrução de nossa frágil democracia, agradecemos aos parceiros e parceiras na busca por uma outra cidade, em especial pelos aprendizados conjuntos.

Fraternalmente,

  
**ALEXANDRE PACHÉCO**  
Conselheiro representante do CENDHEC

  
**AERCIO BABOSA DE OLIVEIRA**  
Conselheiro representante da FASE

**Ao Apoio da Secretaria Executiva  
SE**